

A LOGÍSTICA EMPRESARIAL E SUA INTER- RELAÇÃO COM AS CIDADES: UM OLHAR SOBRE A BACIA LEITEIRA NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Vonia Engel¹

Giovana Goretti Feijó de Almeida²

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a logística das empresas do ramo de laticínios na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e sua inter-relação com as cidades da região no contexto do espaço urbano. A metodologia utilizada parte de uma revisão bibliográfica para a discussão dos conceitos sobre logística empresarial e também uma pesquisa documental com dados do IBGE (2014) de nove empresas instaladas nessa região. Os resultados apontam para uma reflexão sobre a importância dos municípios estarem atentos a tomada de decisões das empresas, buscando evidenciar a dependência econômica, além da adequação de infraestrutura necessária para atender minimamente as expectativas econômicas e as possíveis consequências de suas atividades para a constituição do espaço urbano e para o desenvolvimento regional.

Recebimento: 8/11/2015 - Aceite: 4/1/2016

¹Economista, Especialista em Comunicação empresarial, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutoranda em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Bolsista CAPES. Integrante do Observa-DR (www.observadr.org.br). E-mail: vonia_engel@hotmail.com.

²Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNISC), Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC), Publicitária Especialista em Branding (UNISC). Pesquisadora-membro da rede de pesquisas sobre Desenvolvimento Regional (Observa-DR); do Grupo de Pesquisas sobre estudos urbanos (GEPEUR) e do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Regional e processos socioculturais. E-mail: agenciaggoretti@gmail.com

Palavras-chave: Logística Empresarial; Cidades; Produção capitalista; Desenvolvimento Regional

LOGISTICS BUSINESS AND THE INTER-RELATIONSHIP WITH CITIES: A LOOK ON THE MILK BOWL IN NORTHWEST REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This article aims to discuss the logistics of dairy companies in the industry in the Northwest region of Rio Grande do Sul and its interrelation with the cities of the region in the context of urban space. The methodology used part of a literature review to discuss the concepts of business logic and also a documentary survey of the IBGE (2014) of nine companies located in this region. The results point to a reflection on the importance of the municipalities are aware of making business decisions in order to enhance the economic dependence of these , along with the necessary infrastructure to adapt to minimally meet the economic expectations and the consequences of its activities for the constitution of space urban and regional development.

Keywords: Business Logic; Cities; Capitalist Production; Regional Development

Introdução

O crescimento econômico se dá por meio da criação de entorno econômico favorável na conjugação de aproveitamento em que estão envolvidos recursos existentes na região, tais como os recursos naturais, humanos e recursos de serviços locais, em cooperação com os atores também locais. Moraes (2003) reforça esse argumento, salientando que tal cooperação pode resultar em acumulação de capital social. Destaca que a acumulação de capital é importante para garantir as mínimas condições de sobrevivência dos municípios, porém ela não garante que esse capital será distribuído de forma igualitária a todos e nem garante que as empresas permaneçam instaladas nesses locais.

Nesse sentido, para melhor compreender a logística empresarial da região Noroeste do Estado, enquanto espaços de negócios, é necessário entender como se deu a transformação ou ocupação das terras. Assim, o presente estudo apresenta uma reflexão sobre o contexto da urbanização no Brasil, demonstrando que o espaço urbano tem cada vez mais importância no capital e acaba sendo também influenciador da dinâmica do modo de produção capitalista. O espaço como condição e meio de dinâmica social é abordado nas relações com o urbano, suas territorialidades e com a articulação entre os atores estratégicos envolvidos nesse processo.

A região Noroeste do Estado é uma das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul e estão voltadas à produção de milho, soja, leite, frutas e outros produtos coloniais; bem como industriais, principalmente máquinas e equipamentos agrícolas, ônibus. Detém cerca de 20% da população do Estado e 10% do seu PIB (IBGE,2014); dentre suas cidades mais representativas e conhecidas, citam-se: Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo, Santa Rosa, Três Passos e Horizontina. Contudo, a região Noroeste do Estado é constituída também das cidades: Três de Maio, Carazinho, Tapejara, Passo Fundo, Sarandi, Erechim, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Capão do Leão. Apresenta-se, portanto, este estudo de caso da região Noroeste do Rio Grande do Sul, no intuito de trazer a discussão da dinâmica econômica das empresas e as consequências para o espaço urbano e para o desenvolvimento regional.

A logística empresarial, o espaço urbano e suas transformações

De forma abrangente, a logística é responsável pela conexão e simultaneidade entre o fluxo de informações e o físico. Nessa integração de fluxos, há de se considerar ainda a cadeia desde os fornecedores, transportes, distribuidores, varejista, clientes, fluxo de materiais, recuperação e reciclagem, fluxo de informação, fluxo financeiro e recursos

humanos. Para atingir seus objetivos, a empresa precisa se reorganizar local e globalmente de acordo com as funções que permitem que ela alcance suas metas empresariais. Gerenciar todo esse processo logístico visa à redução de custos em primeira instância.

A partir de 1960, a logística empresarial passa a ter seu enfoque na integração de funções internas, com ênfase em custo total e tratamento sistêmico.

Logística consiste das atividades associadas à movimentação eficiente de produtos acabados, desde o final da linha de produção até o consumidor, e, em alguns casos, inclui a movimentação de matéria-prima da fonte de suprimentos até o início da linha de produção. Estas atividades incluem o transporte, a armazenagem, o manuseio dos materiais, o empacotamento, o controle de estoques, a escolha da localização de plantas e armazéns, o processamento de ordens, as previsões de ordens e os serviços aos clientes (FLEURY ET AL, 2000).

Percebe-se, portanto, que a escolha da localização de uma empresa é uma questão estratégica importante que contribui para que atinja seus objetivos mercadológicos. Em termos de composição de atividades, a logística compreende as atividades primárias³ (transporte, manutenção de estoques e processamento de pedidos) e atividades de apoio⁴ (armazenagem, manuseio de materiais, embalagem, suprimentos, planejamento e sistemas de informação). Ambas as atividades estão em sincronia para que a empresa consiga alcançar suas metas, tratando o território como um espaço estratégico para a conquista de mais mercado e maiores lucros.

A dinâmica da economia desafia as cidades a observar esse crescimento e dar conta das condições de urbanização de modo a sustentá-la do ponto de vista do território (ROLNIK, 2011). Pensar somente a lógica econômica sem o olhar no território é o mesmo que afirmar que se tem a economia e não o território. Entretanto, se um depende do outro, se faz obrigatório a perspectiva econômica sem deixar de olhar para o território. Rolnik (2011, p. 109) destaca que na produção capitalista do espaço urbano e regional, as cidades representam uma arena privilegiada no processo de acumulação e que os atores sociais não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico.

Dessa forma, o dinamismo econômico do mercado faz com que as indústrias busquem novas estratégias, novas oportunidades, conhecimento e

³ Atividades que visam redução significativa de custos e maximização dos serviços, fazendo com que a empresa obtenha a maior lucratividade possível.

⁴ Atividades que visam dar suporte às atividades primárias e maximizar o lucro da empresa.

competências, bem como capacidade produtiva, para que se coloquem à frente das situações que o mercado oferece e exige. Vargas (2002) salienta que as indústrias passam a ser definidas como organizações que se voltam para a aquisição de conhecimentos específicos relacionados às suas atividades em nível regional e global. Nesse sentido, o enfoque é o crescimento e não o desenvolvimento de uma região. O desenvolvimento pressupõe que haja um mínimo de organização social, para que os diferentes atores possam ser reais protagonistas dos processos de transformações de seus lugares na visão de Remmers (2000). Assim, trata-se da busca de maior coesão e participação entre os agentes locais e a esfera de decisão, que é condição para uma participação democrática da população na política regional e local. Nesse contexto, conforme Lemos (2003), os agentes locais têm um papel ativo na potencialização dos fatores determinantes da transformação local e da sua competitividade, por meio da participação na tomada de decisão que envolva esse território.

A ideia de desenvolver a economia sem a preocupação com o território por parte dos governantes, na escala do Poder Público, pode levar a sérias limitações para o alcance das ações que vão gerar o desenvolvimento (RIBEIRO, 2004). Não se trata de defender ideias favoráveis ou contrárias à instalação das empresas (agentes externos), mas de aliá-las às necessidades dos municípios. Realizar mudanças tanto econômicas quanto sociais, gerando não só crescimento econômico, mas também inclusão social e sustentabilidade ambiental e, por consequência, o desenvolvimento regional.

Para compreender a complexidade do desenvolvimento de uma região, torna-se relevante considerar as diferenças entre conceitos-chave: cidade e urbano. Lencioni (2008) argumenta e contextualiza sete observações que visam esclarecê-los. São eles: a observação; a reflexão; objetividade e subjetividade; o conceito que não é capaz de captar toda a riqueza real; conceito que existe em movimento; sempre em nexos, em relação com outros conceitos; o conceito não existe sem uma definição. Segundo a autora, a construção de um conceito exige um exercício de captura do que é essencial para a sua formulação, mas cabe ressaltar que cada conceito tem a sua história. Cada época que for utilizada para a contextualização de um conceito pode alterar a visão do mesmo. Ao analisar o cerne do texto que está na conceituação das palavras cidade e urbano, aparece que a palavra cidade é obscura, pois como pode um conceito como cidade ser utilizado para representar cidades pequenas de até dois mil habitantes como para aquelas que abrigam milhões de pessoas. Conforme salientado pela autora, como pode a mesma palavra expressar transformações de algo tão mutável quanto às cidades.

A cidade depende de formas políticas e sociais e que essas são produto de determinações sociais (LENCIONI, 2008; PEREIRA, 2008). Um conceito (como por exemplo, o de cidade) exige sempre um exercício de captura do que é essencial ao objeto que é motivo da reflexão. Ainda chama a atenção para o conteúdo do contexto de cidade, tendo dois termos para a sua definição, a aglomeração e o sedentarismo, que, segundo a autora, apresentam insuficiência para explicar a conceituação de cidade em sua essência. O conceito de cidade se relaciona, portanto, a outros e só existe se for definido enquanto tal. Assim, utiliza-se uma conceituação para tentar compreender o real, mas longe de ser a única verdade. Já em relação ao contexto de urbano, Lencioni (2008) utiliza-se da perspectiva de Lefebvre (1972) e Castells (1999), a qual está relacionada a uma sociedade capitalista industrial, residindo na ideia de capital. Cabe salientar que essa compreensão não considera o urbano como um subproduto da industrialização, mas como um produto das relações sociais.

Faz-se ainda necessário um contraponto entre agentes, redes e territorialidades urbanas. Uma das questões que chama a atenção é o olhar que se tem para o espaço que não é entendido como produto de relação social. O mesmo não é produto da sociedade, ele é condição e meio da dinâmica social (TRINDADE, 1998). Quando o autor discorre sobre agentes produtores do urbano e suas redes de ação, ele faz uma reflexão e diz que esses não podem ser tratados de forma isolada, como se cada ação corresponde-se a um interesse específico. Já em relação às redes, elas podem se tornar ainda mais complexas e por isso acabam articulando mais do que os agentes. Trindade (1998) com base em GOTTDIENER (1993) traz algumas características das redes. São elas: a) coalizões públicas privadas; b) podem mudar de um lugar para outro; c) frações dentro da classe capitalista d) pode haver mais de uma rede; e) manifestações dessas redes podem acontecer não de forma explícita. No contraponto pensar o espaço urbano com clareza e que nele existe um conjunto de atores e esses vão apresentar quase sempre estratégias de ações em rede.

Outra sistemática levantada por Trindade (1998) é que alguns atores estão em uma lógica mercadológica e outros autores não. Chama atenção também a articulação do capital financeiro movimentado pelo setor empresarial. Esse se organiza de acordo com os seus interesses e vai canalizando investimentos para áreas com potencial mais lucrativo. Busca-se uma maior margem de lucros, impondo uma territorialidade definida pelo poder dessas empresas que se expandem e acabam influenciando na reestruturação do espaço urbano, seja na forma de infraestrutura (como água; esgoto; estradas; entre outros) ou na forma física, na ocupação dos espaços dentro das cidades. A logística empresarial pressupõe ainda um

olhar estratégico sobre as cidades, considerando-as como uma extensão da própria empresa que articula a movimentação de seus produtos e fluxo de informações com o território no qual se instala e comercializa os produtos que fabrica. Trabalham-se as cidades dentro de uma lógica mercantilista e integrada em um sistema, ou seja, com componentes interligados de forma coordenada, objetivando atingir a maior lucratividade possível com o menor custo em um menor espaço de tempo.

O espaço urbano e suas transformações

A complexa missão de desenvolver o Brasil em função de suas origens mostra um panorama histórico entre as décadas de 1950 a 1970, marcado pelo surgimento de regiões que alcançaram níveis considerados de desenvolvimento. Já outras assumiram o perfil de pontos de crescimento, conforme denominação de Hirschman (1977), e grande parte representada pela maioria dos municípios, com poucas possibilidades de crescimento, motivadas, provavelmente, pela incapacidade de construção de projetos públicos que pudessem desconcentrar focos de crescimento por meio de uma integração econômica regional. Villaça (2000) ressalta também a questão do poder público que age à margem de qualquer plano diretor, sendo muitas vezes omisso em relação a seus planos urbanos. A ideia de projetos envolve, diretamente, as noções de planos e intenções, sendo que o plano é o delineamento dos objetivos. Na maioria das vezes, as organizações encontram o apoio do Poder Público para atuação conforme seus interesses, utilizando o território para os seus projetos, sem a preocupação com os interesses dos lugares onde se inserem.

Nesse contexto, torna-se relevante refletir sobre o conceito de desenvolvimento urbano aliado à sustentabilidade. Segundo Rolnik (2011) o desenvolvimento urbano sustentável é um fator de extrema relevância nesse período de pós-globalização, pois ele é capaz de gerar mudanças significativas na realidade social das cidades e regiões. Quando não se considera esse tipo de desenvolvimento, nota-se que a população vive em aglomerações urbanas desenvolvidas apenas economicamente sem uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, com a imposição de fortes diferenças sociais insustentáveis. Crescimento desordenado, total ou crescente falta de mobilidade humana, consumo irracional das fontes de energia, falta consumo consciente, acumulação de resíduos sólidos, industrialização sem critérios preocupados com os interesses sociais e ambientais dos locais; todos esses fatores e muitos outros levam a um ambiente urbano desestruturado de desenvolvimento no qual a população habita. Essa é a realidade que a globalização trouxe aos lugares.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é uma ponto relevante a se considerar quando se reflete sobre o desenvolvimento urbano. Em termos gerais, o espaço urbano é fragmentado e articulado, sendo reflexo e condicionante social, de um conjunto simbólico e, portanto, um campo de disputas também simbólicas materializando a dimensão da sociedade em formas espaciais. Dessa forma, percebe-se que o espaço urbano é concomitantemente o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses se apresentam no centro da cidade, nos lugares onde as pessoas trabalham, nas áreas industriais e residenciais, áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Esse conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

O panorama de desenvolvimento da região noroeste do Estado: algumas reflexões

Para uma discussão sobre o panorama de desenvolvimento da região Noroeste- RS se faz necessário compreender que desenvolvimento é diferente de crescimento econômico. Muitas vezes o que se leva em conta dentro de uma região é o crescimento econômico e não o desenvolvimento em sua essência. Na visão corrente até meados dos anos de 1970, tratava crescimento econômico e desenvolvimento como fatores semelhantes. Entretanto, desenvolvimento é algo mais amplo do que crescimento econômico, pois pressupõe, além de crescimento da produção e da renda *per capita* da população, melhoria na qualidade de vida. Nesse sentido, Becker (2008) salienta que o desenvolvimento regional é resultado do envolvimento dos agentes regionais, econômicos, sociais e políticos na construção e execução de um projeto de desenvolvimento adequado.

Desta forma, o autor defende a necessidade de um sistema próprio, a esfera política, que é um componente para a resolução dos conflitos do desenvolvimento e que pode viabilizar ou não o processo de integração dos agentes locais do desenvolvimento. Percebem-se no Brasil regiões com distintos níveis de desenvolvimento, por exemplo, região sul e nordeste. Contudo, essa diferença regional não quer dizer que uma região seja melhor do que a outra, mas que são diferentes em vários de seus aspectos: cultura, economia, política, entre outros. Destarte, ainda há de se considerar o envolvimento de um agente estratégico importante na promoção do desenvolvimento: o poder público. Assim, como a localização e a implicação do setor empresarial nesse contexto.

A questão da localização dos empreendimentos produtivos resulta das vantagens comparativas e concorrenciais entre empresas, que envolvem

tanto a natureza da atividade produtiva quanto a natureza do local onde a atividade será implantada (BENKO, 1996). As empresas usam o território conforme os seus interesses econômicos e as cidades, em busca do desenvolvimento de sua economia, muitas vezes entram nessa lógica tentando encontrar uma alternativa para proporcionar melhor qualidade de vida a seus habitantes. Se nessa lógica estiver também uma preocupação com tecnologias ambientalmente sustentáveis, utilização racional de fontes de energia, tratamento de água, saneamento básico para a população, um melhor aproveitamento de resíduos sólidos, reciclagem, utilização adequada dos espaços urbanos, sistemas integrados de logística e mobilidade urbana em sincronia com o consumo mais consciente e responsável, vai gerar a qualidade de vida e o desenvolvimento das regiões.

A região Noroeste do Rio Grande do Sul é constituída por municípios como, Carazinho, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Não-Me-Toque, Passo Fundo, Sananduva, Santa Rosa, Santo Ângelo, Soledade e Três Passos, constituindo-se na maior bacia leiteira do Rio Grande do Sul. Possui sua economia baseada, em grande parte, na agricultura familiar (ALBARELLO, 2010). As pequenas propriedades dessa região utilizam a atividade de bovinocultura de leite sendo esta uma das que tem maior importância social e com significativa repercussão econômica para os agricultores do Estado (ARBAGE, 2008). Percebe-se uma diversidade no perfil de propriedades voltadas à atividade de bovinos de leite, algumas com maior grau de tecnificação e outras com sistema de baixa tecnologia.

Além disso, nos últimos anos, observou-se um aumento na produção, ao mesmo tempo em que o número de propriedades diminuiu. Esse dado foi encontrado nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, no qual a área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%), em relação ao Censo Agropecuário de 1995 (IBGE, 2009). O ritmo de expansão da produção e a acirrada concorrência das indústrias pelo leite contribuíram para acelerar os investimentos em novas plantas industriais na região noroeste rio-grandense, o que demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1: Organizações implantadas no Noroeste do Rio Grande do Sul

Municípios	Empresas	Investimento (2008-2010)
Três de Maio	PERDIGÃO	R\$ 65 milhões
Carazinho	PARMALAT	R\$ 36 milhões
Tapejara	BOM GOSTO	R\$ 35 milhões
Passo Fundo	ITALAC	R\$ 62 milhões
Sarandi	EMBARÉ	R\$ 237 milhões
Erechim	BOM GOSTO	Nd
Cruz Alta	CCGL	R\$120 milhões
P. das Missões	NESTLE	R\$ 70 milhões
Capão do Leão	CONSULATI	R\$ 20 milhões

Fonte: Quadro criado pelas pesquisadoras, com dados disponibilizados no site das empresas e no do IBGE, 2015.

O quadro acima aponta os investimentos das empresas citadas de 2008 a 2010 no ramo de laticínios, demonstrando que esses valores foram aplicados em implantação e reestruturação do parque fabril. Esses investimentos foram feitos nessa região pela disponibilidade de matéria-prima da bacia leiteira. Sendo assim, o olhar estratégico das empresas visou o crescimento econômico e não o desenvolvimento da região.

O Quadro 2 evidencia as características de cada um desses municípios, apresentando dados do Produto Interno Bruto - PIB corrente e, também, os dados da população, buscando compreender melhor a dinâmica de cada um deles. Cabe ressaltar que essas informações servem para se ter um olhar em relação ao PIB, à população e ao território. Esses indicadores foram selecionados para a construção do quadro abaixo, visto que são os mesmos que a Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL⁵.

Quadro 2: Algumas características dos municípios

⁵Entidade de livre associação e sem fins lucrativos que possui 230 associações empresariais, reunindo as forças econômicas e produtivas das comunidades do Estado. Aproximadamente 40 mil empresas, de todos os portes, participam desse sistema de representação. Nelas estão representados todos os setores da economia gaúcha: comércio, indústria, serviços e agricultura.

Municípios	PIB Per Capita	População	Área Territorial (Km2)
Três de Maio	19.694,67	24.478	422,198
Carazinho	21.932,01	61.875	665,092
Tapejara	29.441,30	21.224	238,798
Passo Fundo	26.814,25	195.620	783,421
Sarandi	23.183,13	22.840	353,387
Erechim	27.911,36	101.752	430,668
Cruz Alta	32.247,41	63.946	1.360,370
Palmeira das Missões	22.279,54	35.045	1.419,430
Capão do Leão	14.723,08	25.321	785,373

Fonte: Quadro criado pelas pesquisadoras, a partir dos dados do IBGE, 2015.

Os dados apresentados no quadro 2 têm como objetivo entender as características de cada município citado. Ao analisar as informações, pode-se perceber que o PIB *per capita* mais expressivo é o do município de Cruz Alta. Já a população mais expressiva é a de Passo Fundo com 195.620 habitantes. A área mais expressiva é a do Município de Palmeira das Missões, com uma área territorial de 1.419,430 Km². Essas informações servem para entender a dinâmica econômica de cada município. Cabe ressaltar, no entanto, que essas informações são válidas para o período em que foram buscadas. Assim, as informações e os dados foram acrescentados nessa discussão para melhor compreender a partir de que indicadores⁶ as empresas utilizam em suas decisões estratégicas. Cabe ressaltar que não bastam apenas essas informações para compreender a dinâmica econômica dos municípios, mas muitas vezes é com essas que são tomadas como base para a decisão de investimento nos municípios. O que ocorre é que as consequências dessa alternativa impactam diretamente nos municípios, pois se em um determinado município não tiver uma infraestrutura mínima que comporte um aumento de população, exclusão social vai gerar sérios problemas.

É importante trazer a contextualização de Rolnik (2011), ao afirmar que, na ausência de um mecanismo compensatório ao dinamismo econômico e a distribuição funcional de renda apresentam coquetel perverso, o que agrava a situação do trabalhador pela exclusão social, alimentada pela valorização especulativa da terra. Também cabe ressaltar que, apesar de não ter o caráter específico de uma abordagem sobre organizações vinculadas no processamento do leite, considera-se bastante oportuno, na

⁶Não só a partir dos dados citados, mas esses são os mais relevantes desse setor.

análise proposta, utilizar exemplos desse tipo, caracterizando o crescimento econômico na região Noroeste do Rio Grande do Sul, considerando-se o volume de investimentos significativo e a capacidade de dominar este segmento importante naquela região. Os desafios não são poucos, já que não se trata apenas de expandir a infraestrutura das cidades para absorver crescimento futuro, uma vez que a base financeira, política e de gestão sobre a qual se constituiu o processo de urbanização consolidou um modelo marcado por disparidades socioespaciais (ROLNIK 2010).

Os benefícios institucionais viabilizados para a implantação das grandes empresas nos municípios listados, de acordo com o Boletim Eletrônico do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - DESER (2008), sobre Conjuntura Agrícola, podem ser ilustrados por meio de crédito subsidiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ações adquiridas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, benefícios de isenção de tributos fiscais e nos financiamentos junto aos bancos de desenvolvimento por meio dos quais as empresas conseguem alavancar grandes somas de recursos públicos, em condições de pagamento bastante satisfatórias e prazos elásticos. A questão é como garantir que esses investimentos de fato fiquem na região. De que forma minimamente os municípios são beneficiados com os investimentos dessas empresas. Como não se tornar dependente dessas organizações? Como minimizar minimamente os impactos urbanos, principalmente ao entorno urbano. Essa é uma questão a ser avaliada e repensada.

O que se percebe, no entanto, é que as soluções não são fáceis e não estão prontas, pelo contrário, há muito a ser feito e aperfeiçoado, no que tange aos projetos das organizações e aos projetos de lugares no rumo do desenvolvimento e na redução dos impactos urbanos. Cabe salientar que na ânsia pelo desenvolvimento do território, os lugares entregam seus recursos e, assim, tornam-se presas frágeis e fáceis das grandes empresas, que passam a fazer, por exemplo, o uso dos recursos naturais de forma muitas vezes insustentável. Cabe a cada ator local refletir sobre a sua região como um espaço capaz de construir alternativas de desenvolvimento frente aos países desenvolvidos, não se deixando levar por modelos prontos. Conforme Santos (1996), os países subdesenvolvidos seguem os modelos dos países desenvolvidos e o planejamento é um conceito criado pelo sistema capitalista como meio de impor o capital internacionalizado. Como os países desenvolvidos dominam os países subdesenvolvidos, aqueles convencem estes de sua incapacidade de modernização e acumulação de capital para que dependam da sua ajuda na reestruturação do território.

Não é o território em si que faz dele o objeto de análise, mas toda a sua contextualização inserida em um cenário. Esse, segundo Boisier (1996), é o resultado da integração e o Poder Político é um instrumento para ser utilizado em defesa do local. É necessário que a sociedade regional e os governantes estreitem e exercitem a sistemática e a prática de uma construção de políticas públicas de forma a compartilhar e contribuir para que as decisões sobre a região sejam tomadas em conjunto por meio da gestão e formulação de processos e projetos de desenvolvimento que sejam avaliados em conjunto e assim tenham força e capacidade de promover as mudanças necessárias para que aconteça.

O fortalecimento das instituições locais (por exemplo, das empresas locais) pode ser uma alternativa no sentido da solução do problema regional e, por consequência, da melhoria da qualidade de vida, pois essas instituições transformam e impulsionam o crescimento e o desenvolvimento. Então, falar em desenvolvimento regional requer um diálogo permanente e participativo da sociedade. Boisier (1989) reforça que a organização social regional de ação coletiva, que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões por parte dos atores locais, coloca nas mãos destes o destino da economia regional.

O desenvolvimento regional e local delineado na última década provocou várias discussões no âmbito das estratégias de desenvolvimento à luz do local. Segundo Barquero (2001), existe certa ambiguidade na política de desenvolvimento local, devido aos objetivos pretendidos com as políticas a serem implementadas. Para que a política seja eficaz, eficiente e efetiva, é conveniente que se produza sinergia entre as ações que surgem, devido à unidade de cada localidade e de cada território. O desenvolvimento está baseado na execução de políticas que fortalecem e qualificam as estruturas internas do país, visando consolidar aspectos locais (NORTH, 1977). Esse processo pode ter como resultado a ampliação do emprego, dos produtos e da renda do local ou da região.

Considerações finais

O cenário brasileiro apresenta uma retomada do debate teórico sobre as relações entre a economia e o território representando um desafio ainda maior à luz das disparidades sociais, da diversidade, do tamanho e das características históricas do modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, na discussão que envolveu o crescimento econômico e desenvolvimento como uma meta regional, fica subentendido que há um investimento privado das grandes empresas que focam o seu olhar estratégico no território no intuito de obter lucratividade e explorar a matéria-prima que determinada região

oferece. Mas esses interesses não ficam implícitos, mas em segundo plano. Nesse caso, observa-se a abertura em termos de benefícios direcionados às organizações, porém não são nomeados de quais os ganhos que a região irá se beneficiar.

Destaque-se que o uso inadequado dos territórios pelas empresas que visam somente o lucro e o crescimento econômico pode ocasionar concentração de renda, degradação ambiental, limitação crescente dos recursos naturais, contradição entre racionalidade tecnológica da economia e bem-estar social, crescimento econômico e desemprego são algumas das mazelas que a sociedade enfrenta, e que não contribuem para a melhoria das condições de vida desejada, trazendo à tona a discussão sobre qual seria o verdadeiro caminho para o desenvolvimento. O exemplo escolhido, a atividade leiteira, serve como base para demonstrar, por meio das potências organizacionais envolvidas, que as possibilidades de crescimento econômico são consideráveis.

Na produção capitalista do espaço urbano e regional, as cidades representam a arena onde o jogo do poder acontece e acaba privilegiando o processo acumulativo. Reitera-se que não se quer levantar uma bandeira contra a instalação e permanência de grandes empresas nas regiões. O que se busca elucidar é a necessidade desses projetos estarem em concordância com os projetos dos lugares, das cidades e das regiões, onde essas empresas vão se instalar não se esquecendo de levar em conta a estrutura de cada local, cidade ou região, sempre dialogando entre si. Faz-se necessário a presença de uma reflexão sobre a importância dos municípios estarem atentos à tomada de decisões das empresas, buscando evidenciar a sua dependência econômica, além da adequação de infraestrutura necessária para atender minimamente as expectativas econômicas e as consequências de suas atividades para a constituição do espaço urbano e para o desenvolvimento regional.

Referências

ALBARELLO, T. M.; WEBER, A. *Análise inserção da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul no caderno Campo & Lavoura do jornal Zero Hora*. UFSM. TCC. Curso de Comunicação Social - Jornalismo. 2010.

ARBAGE, Alessandro Porporatti; PERONI, Neimar Damian ; COSTA, Pedro Urubatan Neto da Costa. *A organização de pequenos produtores de leite do noroeste do Rio Grande do Sul: aportes na lente da Nova Economia Institucional (NEI) e da Gestão de Cadeias de Suprimentos (GCS)*. EMATER-RS. IJUÍ. 2008.

BARQUERO, Antonio Vasquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

BECKER, Berta. *Brasil: Uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

_____. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político*. Planejamento e Políticas Públicas. São Paulo: EdUsp, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

DESER. Departamento de estudos sócio-econômicos rurais. Organização não-governamental. Disponível em <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

FEDERASUL. Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul. Site institucional. Disponível em <<http://www.federasul.com.br/institucional/institucional.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FLEURY, Paulo F.; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber. *Logística empresarial: a perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Site institucional. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

LÉFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1990.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: *GEOUSP- Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 24, 2008. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.

LEMOS, Cristina. *Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. In: *Revista do Centro de Ciências Administrativas*, UNIFOR, Fortaleza. v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional: Textos escolhidos* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PEREIRA, Élson M. (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: Conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Ed. Argos, 2008.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

VOEGWERKEN, Remmers G. El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil. In: CASADO, Guzmán. *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundiprensa, 2000.

RIBEIRO, Ana. Clara Torres. Lugares dos Saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A (Oor.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Abramo, 2004.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 11, 2010, ANPUR, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VARGAS, M. *Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. Disponível em <<http://www.flaviovillaca.arq.br/livros01.html>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Agentes, Redes e territorialidades urbanas. In: *Revista Território*, n. 5, jul/dez, 1998.